

A REGIÃO E O CONTEXTO DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO PODER

Harrysson Luiz da Silva*

I - Introdução

Ao longo do discurso geográfico indutivo (entenda-se aqui como experiências não sistematizadas) e a recente postura da geografia crítica, que preocupa-se em formular uma Teoria Marxista para a Geografia, ou uma Geografia Marxista, segundo Moraes e Costa¹, fez com que a região e suas problemáticas, passassem por várias e controvertidas revesses, principalmente segundo Lacoste², numa escala diferencial de análise, com níveis também diferenciados.

Os desdobramentos mais recentes caminham para outras discussões sobre o espaço e a região, onde a ação, a prática política e a decisão via Planejamento Urbano e Regional, ficam a mercê de forças e associações diversas. Conforme Pébayle³ e Hudson e Pocock⁴, a percepção dos Planejadores, difere do senso comum da população pelo fato dos mesmos estarem imersos em realidades diferentes, principalmente em se tratando de classes sociais e níveis sócio-econômicos. Nestes casos a alocação de recursos pode ser, segundo o caso, neutral (quando não modifica a

*Aluno do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC.

estrutura, apenas a reproduz), progressiva (quando altera a re-estrutura a localidade), e regressiva (quando faz o sistema entrar em entropia, devido o descaso pelos seus problemas). As crises oriundas destas deliberações, residem principalmente na diferenciação do atendimento e da forma como são veiculadas as retribuições.

O atual estágio de desenvolvimento político e econômico e a dependência aguda e integrada do capital transnacional nas Instituições, principalmente no Estado e na Economia Nacional, marcam um novo limiar na história da ciência regional e de seus destinos, tal é a preocupação de Isard⁵ em seu artigo sobre os "Destinos da Ciência Regional".

Vários autores e dentre eles citaremos, Soja⁶, Becker⁷, Santos⁸, Sthor⁹, Cardoso¹⁰, Lefebvre¹¹, Friedman¹², Chevalier¹³, Rokkan¹⁴, Gottmann¹⁵, Carney e Hudson¹⁶, Markussen¹⁷, Chalout¹⁸, Massey¹⁹, Dowbor²⁰, Oliveira²¹, Lipietz²², Coussy²³, Enders²⁴, Stavenhagen²⁵, Johnston²⁶, e muitos outros, referem-se ao problema em questão, ou seja, a crise na região, segundo suas percepções, marxistas, funcionalistas ou até neo-clássicas.

Tomando como início da discussão, utilizaremos o exemplo de Mandel²⁷, em seu livro "O Capitalismo Tardio", no qual resalta o problema das ondas e fases do qual fazem do capitalismo um sistema dissimétrico. As "ondas", são os períodos de expansão do capitalismo, com uma alta na taxa de juros, segue-se a esta onda, um período de crise e uma posterior acumulação desacelerada e uma segunda crise, levando ao final a um novo impulso, acelerando a acumulação. Este mecanismo de ondas e fases, também são conhecidos como "ciclos de Kondratieff". A importância destas considerações, podem nos orientar para uma discussão do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, segundo Mandel, hoje, estamos na fase do "capitalismo tardio", ou "capitalismo monopolista de Estado". Nesta fase o Estado age e interfere diretamente na economia de acordo com inspirações "Keynesianas". Na concepção de Soja²⁸, após as crises de 1966/1970 e 1973/1975, hoje estaríamos num quinto período, a que poderíamos denominar de "capitalismo global".

Surge uma crise da forma dominante, reconstituindo-se num capital de larga escala, com alta mobilidade, livre de fronteiras políticas, num mundo financeiramente interdependente.

Paralelo ao desenvolvimento das relações econômicas e seus reflexos sobre a economia regional, surge simultaneamente uma crise de identidade no Planejamento Urbano e Regional, via decisões comprometidas. Neste ínterim, o Estado não consegue legitimar-se através de um modelo político. Mesmo com a "nova retórica" do discurso da suposta "Nova República", as contradições regionais e sociais acirram-se sem precedentes, caminhando para indefinições e soluções dos problemas que mais afligem a estrutura presente.

A população agora mais organizada e politizada com relação aos seus direitos ganha força frente ao Estado, através dos movimentos regionais de base territorial, por outro lado o Estado perde poder de decisão ao nível local para as Empresas Transnacionais e para a população que reivindica. Ao mesmo tempo em que ganha poder e o utiliza em outras nações, via Relações Internacionais.

Os movimentos regionais, são a essência das próprias contradições ao nível das regiões.

1.1. A Região e o Momento Presente

Parece-nos impossível que a crise do capitalismo, tenha modificado tantas instâncias, como o arcabouço teórico conceitual que de certo modo acompanha estas transformações, fazendo surgir um paradoxismo nas linhas de pesquisa, bem como nos destinos da ciência regional. Não existe contudo, uma teoria que nos dê um encaminhamento geral para o respectivo problema, mais sim um conjunto de conhecimentos que podem nos fornecer subsídios para melhor compreender a realidade que se apresenta adversa, pondo em cheque muitos métodos e linhas de pesquisa, que não correspondem mais a realidade regional.

Segundo Sthor²⁹, os mecanismos de análise de economia regional, ainda remontam o período neo-clássico (liberalismo eco-

nômico), e por isso não correspondem mais a realidade no qual se insere a região, que agora passa por novas transformações. Há uma necessidade emergente de revisitar-mos todos os aspectos conceituais, bem como, e principalmente, as variáveis costumeiramente utilizadas para os estudos de regionalização.

O que no caso brasileiro, não é diferente, e principalmente se considerar-mos que não temos uma base conceitual e teórica aplicada para as nossas realidades, utilizamos sim, modelos importados e fazemos as adaptações que de certa forma, tornam-se empíricas sem alguma comprovação mais científica.

O contexto regional, hoje, insere-se na multidimensionalidade de poder oriundo do capital transnacional, que agora passa a ser o elemento principal de nossa economia política, e segundo Souza³⁰, a transnacionalização caracteriza o processo Brasileiro de forma global e determina o rumo de seu desenvolvimento.

O Estado é reduzido ao poder central, centralizando e tecnocratizando o exercício do poder, neste ponto Becker³¹, em seu artigo sobre "A Estratégia do Estado e da Região: O Problema da Descentralização em Questão", faz menção aos antagonismos do Estado que se reveste democrático e delibera autoritário e concentrador. Este inclusive é um ponto que está passando despercebido e que renderia assunto para algumas teses, ou seja, a questão da descentralização versus centralização, no desenvolvimento econômico regional e na tomada de decisão. A exemplo disto vimos ganhar vulto uma medida deliberada pelo recém eleito governador do Estado de Santa Catarina Pedro Ivo Figueiredo de Campos, ao propor a extinção de Microrregiões no Oeste do Estado de Santa Catarina, segundo ele, motivos de reforma administrativa.

Temos que considerar que a região oestina é considerada uma fronteira de recursos e fornecedora de grande parte da produção econômica do Estado e de tributos (ICM). Aliás, sob pretexto de reforma administrativa o poder está se organizando sob novas bases territoriais de modo a ter um controle maior das várias instâncias e hierarquizando o poder de decisão através de poucas Instituições que são dependentes do poder federal. Estas constatações servem para reforçar o propósito de que estamos nu-

ma era de transformações espaciais e que estas transformações procuram estabelecer uma nova ordem social, enquanto isto não acontece, jogam na arena do poder as várias facções interessadas na conquista do poder e na destinação dos objetivos que agora passam a não ser nacionais, mais sim filiados a grupos que se revestem democráticos e liberais. Num momento em que se prima pela descentralização administrativa, dada aos entraves provocados pela centralização excessiva provocada pelos governos pós-64, cai-se novamente em incoerências centralizadoras no governo de SC. O motivo aparente é a expressão econômica da região oeste e seu levante constante com relação a pouca representatividade política, acarretando diferenças regionais no Estado, principalmente com relação ao retorno do ICM.

As instâncias do poder assumem funções decorativas no trato dos problemas regionais, não respondendo pelas suas reivindicações. Tais medidas tem em mente a restrição do poder de decisão e da hegemonia destas microrregiões, que figuram economicamente.

Nestas mesclas de transformação da espacialização do poder, a região sub-nacional, não é mais o foco das deliberações das decisões, mais sim a região ao nível local. Segundo Mazêres³², a região passa a ser considerada como a expressão territorializada do poder ao nível local. E sobre ela destinam-se todas as deliberações. Estas manifestações põem risco a unidade do Estado nação e o impele a uma transformação para superar estas incongruências.

Desde a implantação da "Nova República", vimos recrudescer a ideologia de "Welfare State", numa base frágil de medidas econômicas consorciadas e impostas. A burguesia estatal agora associada ao capital transnacional, comprometeram a estrutura econômica regional e o Planejamento, que passa a ser feito, por atores que não são comprometidos com a realidade econômica regional nacional. O Estado não conseguiu manter-se e legitimar-se através de um plano econômico. Haja visto as pressões das grandes corporações e as mudanças constantes no corpo ministerial para continuar o jogo do empurra e atender os interesses

dos grandes empresários. O problema principal recai no binômio centralização versus descentralização da decisão política e do desenvolvimento econômico. A tomada de uma destas decisões é uma faca de dois gumes. A descentralização põem em risco a integridade do Estado, pois o mesmo perde poder de decisão, e centralizando compromete-se a entraves provocados pelos movimentos regionais e empresariais, a saída parece insolucionável. Mais, no momento esboçam-se algumas deliberações que a princípio podem nos direcionar para uma postura do Estado com relação a região e o desenvolvimento Econômico, que neste momento assume-se de forma centralizadora, para manter uma regularidade na consecução de seus objetivos. Haja visto, medidas autoritárias serem implementadas, em estado de aparente tranqüilidade democrática.

A centralização, inclusive favoreceria ao Estado o poder de decisão que dizem respeito as grandes decisões nacionais, retirando a população da participação destas decisões e permitindo segundo Souza³³, a entrada de projetos hóspedes que desenvolvem-se de modo nacional, mais respondem aos interesses transnacionais.

Estas proposições segundo Holland³⁴, são as posições dos marxistas, nos quais clamam pelo fortalecimento do poder do Estado quanto ao controle locacional das corporações privadas e públicas e paralelo a estas afirmações Aydalot³⁵, também de posição marxista prescreve a preparação da região para a nova era industrial. Os funcionalistas pregam a descentralização do poder de decisão e o fortalecimento das comunidades regionais.

O Estado diante destas imposições, teria alguma estratégia preparada para manter-se enquanto (Instituição?) de controle ou sofreria transformações tendendo para uma nova função? Conforme Souza³⁶, hoje há autores que falam da nacionalização do Estado Nacional, dada ao nível e comprometimento com o capitalismo internacional.

O espaço regional passa mais do que nunca a ser relativo e diferencial, com escalas e níveis diferenciados. Com o acirramento das relações econômicas, o modelo centro-periferia ganha adeptos na análise espacial e política, nos países do terceiro

mundo, principalmente na diferenciação regional, devido a distribuição desigual dos recursos. Massey³⁷, rejeita o pressuposto de que a distribuição geográfica é um pressuposto da distribuição desigual de recursos. Argumenta que as desigualdades espaciais originam-se do desenvolvimento de hierarquias espaciais de propriedade e do controle, e que os índices de desigualdades aos quais estamos acostumados, podem não estar servindo, sendo necessários criar outros ou utilizar variáveis desconsideradas. Assim poderíamos ratificar com mais seriedade os postulados regionais de acordo com as realidades atuais.

1.2. As Novas Relações Geopolíticas na Região

O momento sugere procura de soluções, e neste contexto três elementos se mesclam: Empresas Privadas e Públicas, Estado e povo.

Os limites da intervenção do Estado e os problemas da, legitimidade do poder, a descentralização e a centralização da economia regional e do desenvolvimento econômico até as reivindicações regionais estão na ordem do dia da discussão dos problemas brasileiros, e sua relação com o capital transnacional. De acordo com Schachar³⁸, a cidade de hoje bem como as áreas periféricas do capital, estão inseridas e voltadas para o mercado mundial. Já os estudos das posturas do Estado com relação a região no contexto local, ganham expressão, através de uma escala diferenciada de análise, onde parte-se do modelo de centro-periferia, seguido do colonialismo interno (que é um arranjo estrutural específico de internalização dos processos de dependência), conforme Chaloult³⁹. Outras abordagens fazem menção ao binômio equalização/diferenciação espacial, defendida por Palloix⁴⁰, ou a TGV (Transferência Geográfica do Valor) como elemento de diferenciação espacial e regional por Empresas transnacionais, conforme Soja⁴¹.

Afora estas abordagens, o teórico que mais contribuiu para entender as relações Geopolíticas foi Henry Lefebvre⁴², discutindo inclusive a validade dos dogmas marxistas para o estudo do

espaço e da região. Segundo ele, o espaço em Marx apresenta-se como um contexto físico, parte de uma natureza física dada. O espaço representava a soma dos lugares de produção, o território de diferentes mercados, a fricção crua da distância a ser progressivamente eliminada pelo capital cada vez mais desenfreado. Até a relação cidade-campo tão espacial, foi tratada basicamente, como um container, reflexo da divisão do trabalho, enquanto o papel da urbanização era ignorado. Para o momento presente o elemento chave é a produção social do espaço, principalmente em termos de sua relação e incorporação ao papel do Estado. Estudos mais recentes, e dentre eles citaremos, os trabalhos de Young⁴³, Coussy⁴⁴ e Isuani⁴⁵, abordam novas propostas de estudo do Estado através de suas novas funções e políticas públicas. Um outro estudo de Bobbio⁴⁶, nos orienta sobre a possibilidade de uma teoria marxista para o Estado. Vemos crescer a expectativa de estudos nesta área, que aflora a procura no momento de discussões e posteriormente de paralelos.

Face a estas proposições teóricas e metodológicas, Becker⁴⁷ faz várias colocações a respeito em torno de questões centrais, para discussão no campo de pesquisas e que nortearão ou servirão de bastião para a análise Geopolítica do Estado-Nação:

- 1) Qual é a natureza do Estado proposto para o Século XXI?
- 2) Regionalismos e Regionalização tenderiam a coincidir?
- 3) Será possível conseguir uma linguagem que expresse a nação baseada na linguagem local?
- 4) Em que medida o controle do espaço pode favorecer essa estratégia?

O momento promete mudanças, como compatibilizar interesses diversos sobre uma mesma base sócio-econômica. Um exercício de prospectiva ser-nos-á útil para verificação da realidade. A suposta moralização da ordem, que não passa do escamoteamento de mazelas de toda natureza, estão longe de serem objetivadas.

Cabe-nos esperar e analisar para onde caminha um país que não dirige os seus próprios passos, num contexto que ao mesmo tempo que o ilustra como modelo democrático, o corrompe nas fileiras das estruturas de poder empresais e populares.

Notas

1. MORAES, Antônio C.R. et COSTA, Wanderley, M. da. **A Valoração do Espaço**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1984. pp.196
2. LACOSTE, Yves. **Unité et Diversité du Tiers Monde: Des Représentations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain**. Paris, Editions La Decouverte, 1984, 562p. Notadamente o Capítulo 2: Les différents niveaux d'analyse de la diversité, pp.96/198.
3. PEBAYLE, Raimond. **Perceptions Spatiales et Comportements Aménageurs au Brésil**. In: *Annales de Géographie*, nº 524, julho/agosto, 1985, pp.433-451.
4. HUDSON, Douglas et POCOCK, Ray. **Images of the Urban Environment**, 1986, Mcmillan New York.
5. ISARD, Walter. **Notes on the Origins, Development, and future of Regional Science**. Papers of the Regional Science Association, Vol. 43, 1979. pp.9-22
6. SOJA, Edward. **Uma Concepção Materialista da Espacialidade**. In: *Abordagens Políticas da Espacialidade*, UFRJ, 1982, Simpósio do Uso Político do Território, pp.1-21.
7. BECKER, Berta K. **O Uso Político do Território: Questões a partir de uma visão do terceiro mundo**. In: *Abordagens Políticas da Espacialidade*, UFRJ, 1982, Simpósio do Uso Político do Território, pp.22-74.
8. SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Editora Vozes, 1982.
9. STHOR, Walter. **Características estruturais de áreas periféricas e a relevância das variáveis mais utilizadas na ciência regional**. In: *Abordagens Políticas da Espacialidade*, UFRJ, 1982, Simpósio do Uso Político do Território, pp. 98-122.
10. CARDOSO, Fernando Henrique. **As Contradições do Desenvolvimento Associado**; Estudos CEBRAP 8, pp.41-75, 1977, São Paulo.

11. LEFEBVRE, Henry. **Une Pensée devenue Monde: Faut-il Abandoner Marx?** Editions Fayard, 1980, Paris.
12. FRIEDMAN, John. **A General Theory of Polarized Development.** CICLA, Los Angeles, Mimeo., 1968.
13. CHEVALTER, Jacques. **Le Modèle Centre-Périphérie dans la Analyse Politique.** PUF, Publications du C.U.R.A.P.P., 1978, pp.3-133.
14. ROKKAN, St. **Territories, Centres and Peripheries: Towards a Geothic Geoeconomic-Geopolitical model of differentiations within Western Europe.** In: Gottman, Jean. **Centres, Peripheries: Spatial variations in Politics,** Londres, Sage Publications, pp.163-204.
15. GOTTMANN, Jean. **Centres and Peripheries: Spatial variations in Politics.** Londres, Sage Publications, 1980.
16. CARNEY, J. et HUDSON, R. Lewis. **Region in Crisis: New Perspectives in European Regional Regional Teory,** Londres, Croom Helm, 1980.
17. MARKUSSEN, Ann. **Região e Regionalismo: Um enfoque marxista.** In: Revista Espaço e Debates nº 2, maio 1981, Cortez Editora, São Paulo, pp.63-100.
18. CHALOULT, Yves. **Estado, Acumulação e Colonialismo Interno: Contradições Nordeste/Sudeste, 1960/1977,** Editora Vozes, 1978, 152p.
19. MASSEY, Doreen. **Regionalismo: Alguns Problemas Atuais.** In: Revista Espaço e Debates, nº 4, Dezembro 1981, Cortez Editora, 1978, SP, pp.50-83.
20. DOWBOR, Ladislau. **Planificação Central e Regional.** In: Revista Espaço e Debates, nº 6, jun/set, 1982, Cortez Editora, SP, pp.55-63.
21. OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia de Dependência Imperfeita.** Rio de Janeiro, Editora Graal, 1977.

22. LIPIETZ, Alain. **The Inter Regional Polarization and Tertiariation of Society.** In: Papers of the Regional Science Association, Vol. 44, 1980, pp.3-18.
23. COUSSY, Jean. **Les Relations Cardinales: Polarization Internationale et Changement Politique dans les sociétés du Tiers Monde.** *Révue Française de Science Politique*, Vol. 36, nº 36, Décembre 1986, pp.733-751.
24. ENDERS, Wayne. **Regional Disparities in Industrial Growth in Brazil.** In: *Economic Geography*, October 1980, Vol. 56, nº 4, pp.300-310.
25. STAVENHAGEN, Rodolfo. **The Future of Latin America: Between Underdevelopment and Revolution, Latin American Perspectives**, 1-1, p.124-148, 1974.
26. JOHNSTON, R.J. **The Management and Autonomy of the local State: The Role the judiciary in the USA.** In: *Environment and Planning*, a, Vol. 13, nº 10, pp.1305-1316, 1981.
27. MANDEL, Ernest. **Late Capitalism.** London, New Left Books, 1975.
28. SOJA, Edward. *Opus cit.*
29. STHOR, Walter. *Opus cit.*
30. SOUZA, Herbert José de. **Como se Faz Análise de Conjuntura.** Editora Vozes/IBASE, 3ª edição, 1985, Rio de Janeiro, pp.1-52.
31. BECKER, Berta K. **A Crise do Estado e da Região: o problema da Descentralização em Questão.** *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1, Jan/Mar de 1986, FIBGE, Rio de Janeiro, pp. 43-62.
32. MAZÈRES, Jean-Arnaud. **La Région: Espace de Pouvoirs ou Espace du Pouvoir.** In: *Centre, Périphérie, Territoire*, Publications du CURAPP, PUF, Paris, 1978, pp.229-289.
33. SOUZA, Herbert José de. *Opus cit.*, 52p.
34. HOLLAND, Stuart. **The Regional Problem.** London, McMillan, 1976.

35. AYDALOT, Philippe. **The Regional Police and Spatial Strategy of large Organizations.** In: Polarized Development and Regional Policies, Ed. Kuklinky, The Hague, Mouton Publishers, 1981.
36. SOUZA, Herbert José de. Opus cit., 52p.
37. MASSEY, Doreen. Opus cit.
38. SHACHAR, Arie. **A Cidade Mundial e sua articulação ao Sistema Econômico Global.** In: Abordagens Políticas da Especialidade, UFRJ, 1982, Simpósio do Uso Político do Território, pp.75-97, RJ.
39. CHALOULT, Yves. Opus cit., p.37.
40. PALLOIX, Christian. **The self-expansion of capital on a World scale.** In: Review of Radical Political Economics, Vol. 9, pp.1-28, 1977.
41. SOJA, Edward. Opus cit., p.66.
42. LEFEBVRE, Henry. Opus cit.
43. YOUNG, Oran. **International Regimes. Toward a New Theory of Institutions.** In: World Politics, nº 1, October 1986, Vol. 34, pp.104-122.
44. COUSSY, Jean. Opus cit.
45. ISUANI, Ernesto A. **Três Enfoques sobre o conceito de Estado.** Revista de Ciência Política, Vol. 27, abril 1984, FGV, nº 1, pp.35-48.
46. BOBBIO, Norberto. **Is there a marxist theory of the State?** Telos, nº 35, Spring 1978, Pen., USA.
47. BECKER, Berta K. Opus cit., p.17.